



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680101 - SP (2021/0218929-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : CAIO AUGUSTO SANTOS ZACCARIOTTO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FELIPE AUGUSTO CURY - SP348583  
CAIO AUGUSTO SANTOS ZACCARIOTTO - SP407528  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JONATAN DE PROENÇA NUNES DE CASTILHO (PRESO)  
**CORRÉU** : WILLIAM JOSE MACIEL DE LIMA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAN DE PROENÇA NUNES DE CASTILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 2111050-65.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 13 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Sustentam os impetrantes a nulidade absoluta do depoimento da vítima, por violação do art. 212 do CPP.

Requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que seja declarada a nulidade suscitada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

HABEAS CORPUS. ROUBO. ART. 157, §2º, II, DO CÓDIGO PENAL. Sentença condenatória, confirmada em segundo grau. Violação ao art. 212 do CPP durante depoimento da vítima. Inocorrência. Perguntas formuladas pela juíza que não permitiram o direcionamento do depoimento da vítima, que foi bem assertiva e objetiva em suas respostas. Ausência, ademais, de impugnação tempestiva. Constrangimento ilegal não verificado. Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente